



Transparência na administração pública à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal

Transparency in the public administration at the light of the Fiscal Responsibility

Daiane Ferreira Goulart Moreira¹

Resumo

Em 2013 ocorreram grandes manifestações no Brasil contra o governo, através das quais a população se demonstrou indignada com o aumento das passagens e com os serviços públicos prestados. Diante disso, observa-se uma grande insatisfação da sociedade com a gestão pública, que tem enxergado o Brasil com uma triste tradição de más administrações. Entretanto o governo, nos últimos anos, tem buscado transformações para tornar a gestão pública mais eficiente e transparente. Nesse sentido destaca-se o surgimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Esta Lei é um manual para a Administração Pública, contendo regras que as esferas de governo deverão seguir no que diz respeito ao equilíbrio das contas públicas e a transparência, dentre outras. Contudo, a transparência garante a participação da população na gestão pública conforme o art. 48 da LRF, sendo assim foi inevitável verificar se a mesma tem participado desta gestão. Nesse contexto, a pesquisa foi realizada no Município de Ibité com objetivo de evidenciar a participação popular no processo de gestão do município, conforme o pressuposto da transparência, à luz da LRF. Buscou-se identificar como é aplicado o pressuposto de transparência; verificar se o município adota ações com vistas a mobilizar a população a participar na sua gestão, bem como indicar como ocorre essa participação. Desta forma, a pesquisa foi classificada como descritiva, *survey* e com abordagem quantitativa. Os dados foram coletados a partir de uma amostra probabilística, através de um questionário aplicado à população de Ibité. As análises foram feitas através de técnicas da estatística descritiva como tabelas e gráficos, e os procedimentos de *survey* e *chek list* também foram utilizados. O teste do qui-quadrado foi

Artigo recebido em 05 de março de 2015 e aprovado em 15 de fevereiro de 2016.

¹ Graduada no Curso de Ciências Contábeis na PUC-Minas Barreiro. E-mail: dai.goulart@ig.com.br

empregado para verificar a existência de dependência ou associação de duas variáveis. Os resultados da pesquisa revelaram que a Prefeitura de Ibirité tem caminhado em direção à aplicação do pressuposto da transparência, conforme o instrumento utilizado. Entretanto, a pesquisa revelou que, na opinião popular, a Prefeitura não tem mobilizado a população a participar de sua gestão. Constatou-se que a participação popular na gestão do município é muito pequena, pois a mesma possui uma pequena participação nas Audiências Públicas e não tem o hábito de verificar informações sobre a gestão no site da Prefeitura. O teste do qui-quadrado evidenciou a existência de dependência e associação entre as variáveis: gênero e conhecer a LRF com valor $P= 0,082$ e grau de escolaridade e a compreensão da LRF com valor $P= 0,022$. Observou-se que a não participação popular é de responsabilidade da Prefeitura, por não incentivar a população e também da própria população que, em sua maioria, não conhece e nem exerce seus direitos. A distância existente entre sociedade e gestão pública pode ser um fator para o não cumprimento de certas obrigações do governo; sendo assim, as manifestações não provocarão grandes mudanças, o ideal seria a participação ativa da população na gestão pública, pois acredita-se que com a presença ativa da população a Administração Pública tenha mais temor e responsabilidade na sua gestão.

Palavras-chave: Lei de Responsabilidade Fiscal. Transparência. Gestão Pública. População.

Abstract

In 2003 occurred great manifestations in Brazil against the government, where the population demonstrated themselves indignantly with the increase of cost of the bus tickets and with the public services performed. Exists a great dissatisfaction of society with the public management, which has been seen in the Brazil with a sad tradition of bad administrations. However the government in the last years have been followed transformations to become the public management more efficient and transparent, in this way can be emphasized the rising of the Fiscal Responsibility Law (LRF). This law is a manual for the Public Administration, containing rules that the government spheres must follow as regards the equilibrium of the public accounts and the transparency, among others. However the transparency ensures the participation of the population in the public management according the art. 48 da LRF, therefore it was inevitable to check if the same has participated of this management. The research was performed at Ibirité city with the objective to show the popular participation at the City Hall management according the presupposition of the transparency at the light of the LRF. It was proposed to identify how is applied this presupposition at the City Hall; check if

it has been mobilized the population to participate in his management as well as indicate how this participation is. By this way the research was classified as descriptive, quantitative and probabilistic, a questionnaire was applied to the Ibirité population as a tool to collect data and in this way was possible perform the statistical analysis. The analyses were done through descriptive statistical technics as tables and charts and the procedures of survey and check list were used too. The chi-square test was applied to check the existence of dependence or association of two variables. The results of the research showed that the Ibirité City Hall has walked in direction to the application of the presupposition of the transparency according application of the check list in his demonstratives. However the research showed that according the popular opinion the City Hall doesn't have mobilized the population to participate of his management. It was verified that the popular participation in the city management is too small, because they have a tiny participation in the Public Audiencias and don't have the habit of verify the information about the City management at the City Hall site. The chi-squared test showed the existence of dependence and association between the variables: genre and knowledge about the LRF with value $P = 0,082$ and schooling and the comprehension of the LRF with value $P = 0,022$. It was observed that the popular non participation is responsibility of the City Hall by non-encouraging the population and the own population too that in his great majority doesn't know neither exert his rights. The distance that exist between the society and public management, can be a noncompliance of some obligations of the government, therefore the manifestations will not cause great changes, the ideal would be an active participation of the population at the public administration, because it is believed that with the active population presence the Public Management would have more fear and responsibility in his management.

Keywords: Fiscal Responsibility law. Transparency. Public. Management. Population.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino *et al.* **Planejamento governamental para município:** plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. São Paulo: Atlas, 2005.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal:** métodos com base nas normas de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2011.

BERNARDES, Flávio Couto. **Lei de Responsabilidade Fiscal e a gestão da Administração Pública**. 1. ed. Minas Gerais: Educação e Cultura, 2008.

BOTELHO, Milton Mendes. **Manual prático de controle interno na administração pública municipal**: apresentando modelos de procedimentos, rotinas, decretos, portarias e anexos específicos da administração pública municipal. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

BRASIL. **Direitos políticos**: o que são? 2013. Disponível em: <http://www.guiadedireitos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1053&Itemid=271>. Acesso em: 08 set. 2013.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 01 set. 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 01 set. 2013

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. 448 p.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Controle social**: orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/publicacoes/CartilhaOlhoVivo/Arquivos/ControleSocial.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2013.

BRASIL. **Portal da transparência**. Controle social. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/controleSocial/>>. Acesso em: 14 out. 2013.

IBIRITÉ. PREFEITURA MUNICIPAL. **Ibirité**: história do município. Disponível em: <<http://www.ibirite.mg.gov.br/prefeitura/historia.html>>. Acesso em: 19 mai. 2014.

IBIRITÉ. PREFEITURA MUNICIPAL. **Ibirité**: mapas. Disponível em: <<http://www.ibirite.mg.gov.br/prefeitura/mapas.html>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

IBIRITÉ. PREFEITURA MUNICIPAL. **Portal do cidadão**: contas públicas. Disponível em: <<http://www.ibirite.mg.gov.br/cidadao/contas-publicas.html>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

LESSA, Golbery Luiz. Revolta popular em Alagoas e no Brasil. **Revista espaço acadêmico**, São Paulo, v.13, n. 146, p. 56-60, julho 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/21317>> Acesso em: 08 set. 2013.

PRUX, Paula Raymundo; BALSAN, Laércio André Gassen; MOURA, Gilnei Luiz. **Transparência e participação popular nas audiências públicas de elaboração e discussão do PPA, LDO E LOA.** Contribuciones a las Ciencias Sociales, 2012. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/22/elaboracion_discusion_ppa_ldo_loa.html>. Acesso em: 01 out. 2013.

REPENTE. **Instituto de Estudos, Formação e Acessória em Políticas Sociais.** Participação popular na construção do poder local, n. 24, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1042/1042.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2014.

ZIVIANI, Juliardi. Lei de Responsabilidade Fiscal: planejamento, controle, transparência e responsabilização. **Jus Navigandi**, Teresina, n. 517, dezembro 2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/6026>>. Acesso em: 02 set. 2013.